



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 012/2026
Lei Federal nº 14.133/2021**

saude@montebelo.mg.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**ANÁLISE DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO DE MÉDICO PSQUIATRA PARA ATENDIMENTO NO
CENTRO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE BELO – MG.**

MONTE BELO – MG, 16 DE ABRIL DE 2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34

1. IDENTIFICAÇÕES

1.1. Unidade realizadora do ETP: Secretaria Municipal de Saúde

1.2. Numeração do ETP: 012/2026

2. INTRODUÇÃO

- **Fundamento legal:**

- Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021
- Decreto Municipal nº 5.822/2023

- **Conceito legal:** De acordo com o art. 6º, inciso XX da Lei Federal nº 14.133/2021, o estudo técnico preliminar é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

- **Objetivos do Estudo Técnico Preliminar:** Tem por objetivo analisar a necessidade ou o problema apresentado, e a partir daí identificar e demonstrar a viabilidade técnica e econômica das possíveis soluções, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação, diretamente por dispensa ou inexigibilidade, ou mediante as modalidades de licitação.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE OU DO PROBLEMA A SER RESOLVIDO COM INDICAÇÃO DOS QUANTITATIVOS (ART. 18, §1º, I E IV) – REQUISITO OBRIGATÓRIO

A presente contratação tem por objeto o credenciamento de profissional médico especialista em psiquiatria, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM) e portador de Registro de Qualificação de Especialista (RQE), visando atender à demanda da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Monte Belo/MG.

Nos termos do art. 196 da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 8.080/1990, compete ao Município assegurar o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, garantindo atendimento integral, contínuo e eficiente aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

Atualmente, a rede municipal de saúde é composta por equipes de Atenção Primária à Saúde (Estratégias de Saúde da Família – ESF) e Unidades Básicas de Saúde (UBS), responsáveis pelo atendimento inicial e acompanhamento da população. Todavia, verifica-se insuficiência na oferta de atendimento especializado em saúde mental, especialmente na área de psiquiatria, o que compromete a integralidade da assistência prestada.

A ausência ou insuficiência de profissional médico psiquiatra na rede municipal tem gerado:

- aumento da demanda reprimida por consultas especializadas;
- sobrecarga dos serviços de atenção básica, que não possuem competência técnica para condução integral de casos de maior complexidade;
- encaminhamentos frequentes para outros municípios, gerando custos indiretos e descontinuidade no cuidado;
- dificuldades no manejo clínico de pacientes em uso de medicamentos psicotrópicos, que exigem acompanhamento especializado;
- risco de agravamento de quadros clínicos relacionados a transtornos mentais, como depressão, ansiedade, transtornos psicóticos e dependência química.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34

Ressalta-se que a demanda por atendimentos em saúde mental vem apresentando crescimento significativo, influenciada por fatores sociais, econômicos e epidemiológicos, exigindo maior capacidade de resposta da rede pública de saúde.

Embora a Administração Municipal adote medidas para fortalecimento da rede própria, inclusive por meio de provimento de cargos efetivos, verifica-se dificuldade na fixação de profissionais médicos especialistas, notadamente na área de psiquiatria, em razão de fatores como escassez de profissionais no mercado, baixa atratividade de municípios de pequeno porte e concorrência com o setor privado.

Diante desse cenário, resta evidenciada a necessidade de contratação complementar, por meio de credenciamento, como forma de assegurar a continuidade, regularidade e eficiência do atendimento especializado em saúde mental à população.

Estimativa dos Quantitativos

A estimativa dos quantitativos necessários para a presente contratação foi realizada com base:

- na análise da demanda reprimida identificada pela Secretaria Municipal de Saúde;
- nos encaminhamentos realizados pelas equipes de Atenção Primária;
- na média de atendimentos especializados em municípios de porte semelhante;
- na capacidade operacional adequada para a especialidade de psiquiatria, considerando o tempo médio de consulta e a necessidade de acompanhamento contínuo dos pacientes.

Dessa forma, estima-se a necessidade inicial de:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Mensal	Quantidade Anual
1	Consulta médica em psiquiatria (profissional com RQE)	Consulta	200	2.400

A definição do quantitativo mensal de 200 (duzentas) consultas considera:

- tempo médio de atendimento superior ao das consultas clínicas gerais;
- necessidade de retornos periódicos para acompanhamento terapêutico;
- capacidade de atendimento semanal compatível com a carga de trabalho do profissional;
- possibilidade de ampliação do número de credenciados, caso haja aumento da demanda.

A presente estimativa visa subsidiar a análise comparativa entre as alternativas de solução disponíveis no mercado, possibilitando a identificação da opção mais vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e operacional.

Em síntese, o problema a ser resolvido consiste na insuficiência de oferta de atendimento médico especializado em psiquiatria na rede municipal de saúde, o que compromete a integralidade da assistência, gera demanda reprimida e impacta negativamente a qualidade do atendimento aos usuários do SUS.

A contratação proposta visa suprir essa lacuna assistencial, garantindo atendimento especializado adequado, contínuo e em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, §1º, III)

4.1. Quais são os padrões mínimos de qualidade relativos ao objeto?

Para o adequado atendimento da necessidade identificada, a futura contratação deverá observar requisitos mínimos de qualidade, segurança, regularidade e conformidade com a legislação vigente, de modo a assegurar a prestação eficiente, contínua e humanizada dos serviços de saúde à população.

Considerando a natureza do objeto — prestação de serviços médicos especializados em psiquiatria —, os seguintes parâmetros orientadores deverão ser observados:

a) Habilitação e regularidade profissional

- O profissional deverá possuir registro ativo e regular no Conselho Regional de Medicina (CRM);
- Deverá comprovar especialização em psiquiatria, mediante Registro de Qualificação de Especialista (RQE);
- Deverá estar em situação regular perante os órgãos de fiscalização profissional, sem impedimentos para o exercício da atividade.

b) Qualidade técnica do atendimento

- Realização de consultas médicas com avaliação clínica adequada, incluindo anamnese, exame psíquico e definição de conduta terapêutica;
- Prescrição de medicamentos, quando necessário, observadas as normas sanitárias e regulamentações aplicáveis, especialmente no que se refere a medicamentos controlados;
- Acompanhamento clínico dos pacientes, com definição de retornos conforme a necessidade terapêutica;
- Encaminhamento para outros níveis de atenção, quando necessário, respeitando os fluxos da rede municipal de saúde.

c) Observância de protocolos e diretrizes

- Os atendimentos deverão observar os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas do Sistema Único de Saúde (SUS), quando aplicáveis;
- Deverão ser respeitados os fluxos assistenciais definidos pela Secretaria Municipal de Saúde;
- O atendimento deverá ser prestado com observância aos princípios da ética médica, sigilo profissional e humanização do cuidado.

d) Registro e controle das informações

- Todos os atendimentos deverão ser devidamente registrados em prontuário físico ou eletrônico;
- Os registros deverão conter, no mínimo, identificação do paciente, data, conduta adotada e identificação do profissional;
- Os dados deverão estar disponíveis para fins de controle, auditoria e acompanhamento pela Secretaria Municipal de Saúde.

e) Condições de prestação do serviço

- Os atendimentos deverão ocorrer em ambiente adequado, que garanta privacidade, sigilo e condições mínimas de conforto e segurança ao paciente;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34

- O profissional deverá cumprir a carga horária ou agenda previamente definida pela Administração;
- Deverá haver pontualidade e regularidade na prestação dos serviços, evitando descontinuidade do atendimento.

4.2. Por quanto tempo a solução deverá ficar disponível à Administração?

Considerando que a necessidade de atendimento médico especializado em psiquiatria possui natureza continuada, a solução a ser adotada deverá garantir a prestação dos serviços de forma contínua, sem interrupções que comprometam o acompanhamento dos pacientes.

Dessa forma, a contratação deverá prever vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada sucessivamente, nos termos dos arts. 105 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, desde que mantidas as condições vantajosas para a Administração.

A definição do prazo deverá considerar:

- a necessidade de continuidade do tratamento dos pacientes;
- a natureza assistencial do serviço;
- a dependência de acompanhamento clínico periódico.

4.3. É necessário algum prazo e local específicos de entrega do objeto em virtude de sua natureza?

Em razão da natureza do objeto, não se trata de fornecimento com entrega física, mas de prestação de serviços médicos especializados, devendo ser observadas as seguintes condições:

a) Local de execução

Os serviços deverão ser prestados nas dependências das unidades de saúde do Município de Monte Belo, especialmente:

- Centro de Saúde Municipal;
- Unidades Básicas de Saúde (UBS);
- ou outro local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme organização da rede assistencial.

b) Prazo de início da execução

Os serviços deverão ser iniciados em prazo compatível com a formalização da contratação, a ser definido posteriormente, considerando a urgência da demanda e a disponibilidade do profissional.

c) Organização dos atendimentos

- Os atendimentos deverão ocorrer em dias úteis, em horários previamente definidos pela Secretaria Municipal de Saúde;
- A agenda deverá ser organizada de forma a garantir fluxo adequado de pacientes e qualidade no atendimento;
- Deverá ser assegurada a compatibilidade entre o número de atendimentos e o tempo necessário para cada consulta, considerando as especificidades da especialidade de psiquiatria.

5. ANÁLISE DE ALTERNATIVAS E ESTIMATIVA DO VALOR DA POTENCIAL CONTRATAÇÃO
(ART. 18, §1º, V E VI) – REQUISITO OBRIGATÓRIO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34

Para atendimento da necessidade identificada — insuficiência de oferta de atendimento médico especializado em psiquiatria — foram analisadas as principais alternativas disponíveis, considerando aspectos de viabilidade técnica, operacional, econômica e aderência ao interesse público.

A análise levou em consideração, inclusive, a realidade concreta do Município, especialmente quanto à dificuldade de provimento de profissionais médicos especialistas.

ALTERNATIVA 1 – PROVIMENTO POR MEIO DE SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO (CONCURSO PÚBLICO)

Consiste na ocupação do cargo mediante aprovação em concurso público, com vínculo permanente com a Administração.

Análise fática no Município:

O Município possui Concurso Público nº 001/2023 vigente, no qual houve provimento de vagas para médicos. Contudo:

- candidatos nomeados para o cargo não permaneceram no exercício, tendo optado por assumir cargos em outros entes;
- atualmente não há mais candidatos aprovados disponíveis para convocação;
- foi realizado Processo Seletivo Simplificado nº 005/2026, com período de inscrições até 08/04/2026;
- o referido processo foi encerrado em 09/04/2026 sem qualquer inscrito interessado.

Vantagens:

- estabilidade e continuidade do vínculo;
- integração do profissional à estrutura administrativa.

Desvantagens:

- inviabilidade prática de provimento imediato, diante da ausência de candidatos;
- baixa atratividade do cargo para profissionais especialistas;
- tempo elevado para realização de novo concurso;
- risco concreto de manutenção da vacância do cargo.

ALTERNATIVA 2 – CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Consiste na contratação direta de profissional médico, com fundamento na inviabilidade de competição, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Vantagens:

- maior celeridade na formalização da contratação;
- possibilidade de contratação imediata de profissional específico.

Desvantagens:

- restrição à contratação de um único profissional;
- ausência de competição e limitação da isonomia;
- maior fragilidade na justificativa, exigindo demonstração robusta da inviabilidade de competição;
- risco de descontinuidade do serviço em caso de desligamento;
- limitação na ampliação da capacidade de atendimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34

Essa alternativa, embora juridicamente possível, restringe a competitividade e não permite a formação de uma rede de prestadores, o que é especialmente relevante para serviços médicos.

ALTERNATIVA 3 – CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS OU CLÍNICAS ESPECIALIZADAS

Consiste na realização de procedimento administrativo de chamamento público, permitindo que todos os interessados que atendam aos requisitos previamente estabelecidos sejam habilitados para prestação dos serviços.

Vantagens:

- ampliação da competitividade, permitindo a participação de múltiplos profissionais;
- maior flexibilidade na contratação, conforme a demanda da Administração;
- redução do risco de desassistência;
- possibilidade de substituição e inclusão de novos prestadores a qualquer tempo;
- melhor aderência às características do mercado de serviços médicos especializados;
- maior eficiência na gestão da oferta de atendimentos.

Desvantagens:

- necessidade de estrutura administrativa para gestão e controle dos credenciados;
- necessidade de padronização de valores e critérios de execução;
- dependência da disponibilidade dos profissionais interessados.

Diferentemente da contratação direta por inexigibilidade, o credenciamento preserva a isonomia e amplia o acesso de interessados, sendo mais compatível com o princípio da competitividade na Administração Pública.

ANÁLISE COMPARATIVA DAS ALTERNATIVAS

A análise das alternativas demonstra que:

- o provimento por concurso público, embora desejável sob o ponto de vista estrutural, mostrou-se ineficaz na prática, diante da ausência de interessados e da evasão de profissionais;
- a contratação direta por inexigibilidade, embora célere, restringe a competitividade e não assegura escala de atendimento;
- o credenciamento apresenta maior capacidade de adaptação às condições reais do mercado, permitindo ampliação da oferta, continuidade do serviço e maior eficiência operacional.

5.1. Levantamento de mercado (art. 18, §1º, V)

ALTERNATIVA 1 – PROVIMENTO POR MEIO DE SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO (CONCURSO PÚBLICO)

Consiste no provimento do cargo de médico psiquiatra por meio de concurso público, com vínculo estatutário junto à Administração.

No âmbito do Município, verifica-se que, embora exista Concurso Público nº 001/2023 vigente, não há mais candidatos aprovados disponíveis para convocação. Ademais, tentativa recente de contratação por meio de Processo Seletivo Simplificado nº 005/2026 restou infrutífera, não havendo interessados inscritos.

Diante desse cenário, a alternativa revela-se, no momento, de difícil implementação prática, em razão da baixa atratividade do cargo e da escassez de profissionais especializados no mercado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34

No que se refere à estimativa de valor, não se mostra viável a mensuração comparativa direta, uma vez que os custos estão vinculados à estrutura remuneratória do cargo público, incluindo vencimentos, encargos sociais e demais vantagens, não sendo passíveis de comparação direta com modelos de contratação por prestação de serviços.

ALTERNATIVA 2 – CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Consiste na contratação direta de profissional médico, com fundamento na inviabilidade de competição, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Trata-se de solução juridicamente possível em situações específicas, especialmente quando há singularidade do serviço ou inviabilidade de competição. Contudo, apresenta limitação relevante quanto à ampliação da oferta de atendimento, uma vez que se restringe à contratação de profissional específico.

Além disso, a ausência de competição restringe a isonomia e reduz a capacidade de obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

No que se refere à estimativa de valor, não se mostra adequada a realização de levantamento comparativo de mercado, tendo em vista que os valores são definidos de forma individualizada, conforme negociação direta com o profissional, sem parâmetros amplos de concorrência que permitam aferição objetiva de economicidade.

ALTERNATIVA 3 – CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS OU CLÍNICAS ESPECIALIZADAS

Consiste na realização de procedimento de chamamento público para formação de cadastro de profissionais aptos à prestação dos serviços, mediante critérios previamente estabelecidos pela Administração.

Trata-se de solução amplamente adotada na Administração Pública para contratação de serviços médicos, especialmente em contextos de baixa oferta de profissionais e necessidade de flexibilidade na contratação.

Essa alternativa permite a participação de múltiplos interessados, ampliando a competitividade, possibilitando maior capilaridade no atendimento e reduzindo o risco de descontinuidade dos serviços.

No âmbito do levantamento de mercado, foram realizadas pesquisas junto a outros entes públicos que adotaram modelo semelhante de contratação para serviços médicos especializados, especialmente na área de psiquiatria, conforme exemplos abaixo:

ÓRGÃO	INSTRUMENTO	VALOR
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SECA - PB	CONTRATO Nº 268/2025	R\$ 180,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM - MT	CONTRATO Nº 044/2026	R\$ 225,59
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE - SC	CONTRATO Nº 023/2026	R\$ 200,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL - RS	CONTRATO Nº 070/2026	R\$ 194,90
MÉDIA DE PREÇOS		R\$ 200,12

As referências obtidas demonstram relativa uniformidade nos valores praticados para consultas médicas especializadas, evidenciando a existência de parâmetros de mercado que possibilitam a definição de valores referenciais adequados para a futura contratação.

Diferentemente das demais alternativas analisadas, o credenciamento permite a realização de pesquisa de preços com base em contratações similares, assegurando maior transparência, padronização e objetividade na estimativa do valor da contratação, além de possibilitar a avaliação da economicidade da solução proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34

5.2. Estimativa do valor da contratação (art. 18, §1º, VI)

A estimativa do valor da contratação tem por finalidade dimensionar o gasto potencial da Administração com a solução analisada, permitindo a avaliação de sua viabilidade econômica e adequação orçamentária.

Ressalta-se que a presente estimativa não se confunde com a pesquisa de preços a ser realizada na fase de elaboração do Termo de Referência, possuindo caráter meramente referencial e orientativo para o planejamento da contratação.

A definição dos valores foi realizada com base em:

- levantamento de contratações similares realizadas por outros entes públicos;
- parâmetros de mercado para consultas médicas especializadas;
- análise comparativa dos valores obtidos no levantamento de mercado constante no item anterior.

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UN MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Consulta médica em psiquiatria (profissional com RQE)	CONSULTA	2400	R\$ 200,12	R\$ 480.288,00

5.3. Escolha da solução (consequência dos incisos V e VI do art. 18, §1º)

Com base no levantamento de mercado realizado e na estimativa de valor da contratação, procedeu-se à análise comparativa das alternativas identificadas, considerando critérios técnicos, operacionais e econômicos relevantes para o atendimento da necessidade da Administração.

A avaliação das soluções levou em conta, especialmente, a viabilidade de implementação no cenário atual do Município, a capacidade de atendimento da demanda, a continuidade do serviço, a observância dos princípios da competitividade e da isonomia, bem como a possibilidade de definição de parâmetros objetivos de economicidade.

A seguir, apresenta-se quadro comparativo das alternativas analisadas, com base nos critérios mencionados, a fim de subsidiar a escolha da solução mais adequada ao interesse público.

REQUISITO/QUESTIONAMENTO	SOLUÇÃO	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
A solução apresentada já foi utilizada em outro ente com realidade semelhante?	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
	Solução 3	X		
A solução apresentada gera impacto ambiental?	Solução 1		X	
	Solução 2		X	
	Solução 3		X	
Assinalar a solução que apresenta o menor custo de contratação.	Solução 1		X	
	Solução 2		X	
	Solução 3	X		

Com base na análise das alternativas apresentadas, verifica-se que a solução que melhor atende ao interesse público é o credenciamento de profissionais ou clínicas especializadas para prestação de serviços médicos na área de psiquiatria.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34

A alternativa de provimento por meio de concurso público, embora adequada sob o ponto de vista estrutural, mostrou-se inviável no cenário atual do Município, tendo em vista a ausência de candidatos disponíveis e a tentativa frustrada de contratação por meio de processo seletivo simplificado, o qual não contou com interessados.

Por sua vez, a contratação direta por inexigibilidade de licitação, embora juridicamente possível, apresenta limitações relevantes, especialmente quanto à restrição da competitividade, à contratação de apenas um profissional e à dificuldade de ampliação da oferta de atendimento, o que não se mostra adequado para uma demanda contínua e variável como a verificada na área de saúde mental.

Em contrapartida, o credenciamento apresenta maior aderência às características do mercado de serviços médicos especializados, permitindo a participação de múltiplos profissionais, ampliando a competitividade e assegurando maior flexibilidade na contratação.

Além disso, possibilita a ampliação da oferta de atendimento conforme a demanda da Administração, reduzindo o risco de descontinuidade dos serviços e garantindo maior eficiência na prestação do atendimento à população.

Do ponto de vista econômico, trata-se da única alternativa que permite a realização de levantamento de mercado estruturado, com definição de valores referenciais baseados em contratações similares, assegurando maior transparência e compatibilidade com os preços praticados.

Dessa forma, conclui-se que o credenciamento se mostra a solução mais adequada para atendimento da necessidade identificada, por reunir condições técnicas, operacionais e econômicas mais vantajosas para a Administração Pública.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA (ART. 18, §1º, VII a XII)

6.1. Descrição da solução como um todo (art. 18, §1º, VII) – Requisito obrigatório

A solução escolhida para atendimento da necessidade identificada consiste na contratação de serviços médicos especializados em psiquiatria, por meio de procedimento de credenciamento de profissionais ou clínicas devidamente habilitados, visando à realização de consultas médicas para os usuários do Sistema Único de Saúde – SUS no Município de Monte Belo/MG.

Trata-se de serviço de natureza continuada, destinado a complementar a rede municipal de saúde, especialmente no que se refere ao atendimento especializado em saúde mental, cuja demanda não vem sendo plenamente atendida pela estrutura própria do Município.

O modelo de credenciamento adotado permitirá a habilitação de todos os interessados que atendam aos requisitos técnicos e legais previamente estabelecidos pela Administração, possibilitando a formação de um cadastro de prestadores aptos à execução dos serviços.

A prestação dos serviços compreenderá, no mínimo:

- realização de consultas médicas especializadas em psiquiatria;
- avaliação clínica dos pacientes, incluindo anamnese e exame do estado mental;
- definição de condutas terapêuticas adequadas;
- prescrição de medicamentos, quando necessário, observadas as normas sanitárias aplicáveis;
- acompanhamento clínico dos pacientes, com definição de retornos conforme a necessidade;
- encaminhamento para outros níveis de atenção, quando necessário, em conformidade com os fluxos da rede municipal de saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34

Os atendimentos deverão ser realizados nas dependências das unidades de saúde do Município ou em locais previamente definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, garantindo condições adequadas de atendimento, privacidade e segurança aos pacientes.

A solução deverá assegurar a continuidade do serviço, permitindo a ampliação ou redução da oferta de atendimentos conforme a demanda da Administração, bem como a substituição ou inclusão de novos prestadores, de forma a evitar descontinuidade no atendimento à população.

Do ponto de vista operacional, o modelo adotado possibilita maior flexibilidade na gestão da prestação dos serviços, adequando-se às características do mercado de profissionais médicos especialistas, notadamente na área de psiquiatria, em que se verifica escassez de profissionais e dificuldade de fixação em municípios de pequeno porte.

Além disso, a solução permite a definição prévia de valores referenciais para os serviços, garantindo transparência, padronização e controle dos gastos públicos, bem como a observância dos princípios da economicidade e da eficiência.

Por fim, destaca-se que a contratação deverá observar todos os requisitos técnicos, legais e éticos aplicáveis à prestação de serviços médicos, bem como os protocolos e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, assegurando atendimento humanizado, contínuo e de qualidade à população.

6.2. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, §1º, VIII) – Requisito obrigatório

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado quando técnica e economicamente viável, com vistas à ampliação da competitividade.

No presente caso, o objeto consiste na prestação de serviços médicos especializados em psiquiatria, de natureza homogênea, não havendo viabilidade técnica para sua divisão em parcelas independentes.

Destaca-se que o modelo de contratação adotado já permite a participação de múltiplos prestadores, assegurando a competitividade e a ampliação da oferta de atendimento, sem necessidade de parcelamento formal do objeto.

Dessa forma, o parcelamento não se mostra necessário ou vantajoso, podendo, inclusive, prejudicar a padronização e a gestão da contratação.

6.3. Demonstrativo dos resultados pretendidos (art. 18, §1º, IX)

Com a adoção da solução proposta, espera-se assegurar a ampliação e a regularização da oferta de atendimento médico especializado em psiquiatria no âmbito da rede municipal de saúde, reduzindo a demanda reprimida e proporcionando maior acesso da população aos serviços de saúde mental.

Como resultados diretos, pretende-se:

- melhoria na qualidade do atendimento aos usuários do SUS, com acesso a profissional especialista;
- redução de encaminhamentos para outros municípios, otimizando recursos logísticos e financeiros;
- fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, com suporte adequado para manejo de casos de maior complexidade;
- acompanhamento contínuo de pacientes em uso de medicamentos psicotrópicos, reduzindo riscos clínicos e agravamento de quadros.

Do ponto de vista da eficiência administrativa, a solução permitirá:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34

- melhor aproveitamento dos recursos públicos, por meio de contratação compatível com a demanda;
- maior flexibilidade na gestão dos atendimentos, adequando a oferta conforme a necessidade;
- redução do risco de descontinuidade do serviço, garantindo maior estabilidade na assistência prestada.

Dessa forma, a contratação contribuirá para o aprimoramento da prestação dos serviços públicos de saúde, com ganhos em eficiência, eficácia e qualidade no atendimento à população.

6.4. Providências a serem adotadas (art. 18, §1º, X)

Para a adequada execução da solução proposta, deverão ser adotadas previamente pela Administração as seguintes providências:

- definição dos fluxos de encaminhamento dos pacientes pelas unidades de saúde do Município;
- organização da agenda de atendimentos, conforme a demanda identificada pela Secretaria Municipal de Saúde;
- disponibilização de local adequado para a realização das consultas, com condições de privacidade e atendimento aos usuários;
- designação de servidor responsável pela gestão e fiscalização da contratação;
- orientação dos profissionais envolvidos quanto aos protocolos e diretrizes da rede municipal de saúde.

No que se refere à capacitação, não se vislumbra a necessidade de treinamento específico, sendo suficiente a atuação de servidores já vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, com conhecimento das rotinas administrativas e assistenciais.

6.5. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, §1º, XI)

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes relacionadas ao objeto da presente contratação.

A solução proposta é autônoma e independe de outras contratações para sua adequada execução, não havendo relação de dependência técnica ou operacional com outros contratos vigentes ou previstos pela Administração.

6.6. Descrição de possíveis impactos ambientais (art. 18, §1º, XII)

A solução proposta consiste na prestação de serviços médicos especializados, não envolvendo, de forma direta, aquisição de bens, obras ou atividades com potencial significativo de impacto ambiental.

Dessa forma, não foram identificados impactos ambientais relevantes decorrentes da contratação.

Ainda assim, a execução dos serviços deverá observar boas práticas, especialmente quanto ao uso racional de recursos materiais e à adequada destinação de eventuais resíduos gerados nas unidades de saúde, em conformidade com as normas sanitárias e ambientais aplicáveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34

7. CONCLUSÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ART. 18, §1º, XIII) – REQUISITO OBRIGATÓRIO

Diante das análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de serviços médicos especializados em psiquiatria mostra-se adequada, necessária e viável para atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista a insuficiência da capacidade instalada da rede municipal e a inexistência de profissionais disponíveis para provimento do cargo por meio de concurso público ou processo seletivo.

A análise das alternativas demonstrou que o modelo de credenciamento de profissionais ou clínicas especializadas apresenta maior aderência às características do objeto e do mercado, possibilitando a ampliação da oferta de atendimento, maior flexibilidade na contratação e redução do risco de descontinuidade dos serviços.

Do ponto de vista jurídico, a contratação deverá ser realizada por meio de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, considerando a inviabilidade de competição.

Para operacionalização da contratação, será adotado o procedimento auxiliar de credenciamento, conforme previsto no art. 79 da Lei nº 14.133/2021, permitindo a habilitação de todos os interessados que atendam aos requisitos previamente estabelecidos pela Administração.

No que se refere à forma de execução, a seleção dos prestadores ocorrerá mediante verificação do atendimento aos requisitos de habilitação técnica e legal definidos pela Administração, não havendo disputa competitiva entre os interessados.

A distribuição dos atendimentos entre os profissionais credenciados deverá observar critérios objetivos a serem definidos no Termo de Referência, podendo considerar, entre outros, a ordem de credenciamento, a disponibilidade de agenda e a divisão equitativa da demanda, de modo a assegurar isonomia entre os prestadores e eficiência na prestação dos serviços.

Dessa forma, conclui-se pela viabilidade da contratação, recomendando-se a adoção do modelo de credenciamento como solução mais adequada para garantir a continuidade, a regularidade e a eficiência do atendimento à população.

8. APROVAÇÃO E ASSINATURA

O presente Estudo Técnico Preliminar foi realizado pelo(s) servidor(es) abaixo, nomeado(s) por meio da Portaria nº 5.829/2026:

Marcos Aurélio da Silva
Matrícula 7676
Agente Administrativo

O(a) Secretário(a) Municipal de Saúde aprova este Estudo Técnico Preliminar com sua solução apontada.

Vanesse Aparecida da Silva Rodrigues
Secretária Municipal de Saúde